

A VEGETAÇÃO NOS CENTROS URBANOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESPAÇOS VERDES EM CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

Marcos Antônio Silvestre Gomes¹
Beatriz Ribeiro Soares²

RESUMO

O presente texto procura identificar o significado da vegetação no espaço urbano brasileiro a partir da sua inserção como elemento necessário à cidade, considerando-se a percepção da população e planejadores, despertada, sobretudo, a partir do século XIX. Nessa perspectiva, objetiva-se abordar o modo como a vegetação adentrou o espaço urbano, bem como se perpetuou e passou a ser cobrada expressivamente no cenário urbano contemporâneo, em especial como elemento associado às áreas de lazer. A ênfase dada às praças públicas justifica-se pela presença marcante destas na composição dos espaços urbanos, levando-se em consideração a sua diversidade, seus usos por parcelas significativas da população mais carente e o descaso do poder público para com as mesmas. Ainda, procura-se destacar aspectos da vegetação e de áreas verdes públicas como praças e parques nas cidades de Presidente Prudente-SP, Ribeirão Preto-SP e Uberlândia-MG, todas consideradas como cidades médias.

PALAVRAS-CHAVE: vegetação urbana, qualidade de vida, urbanização, lazer, cidades médias.

ABSTRACT

The vegetation in the urban centers: considerations on the green spaces in brazilian medium cities

The present paper intends to identify the importance of vegetation for Brazilian urban areas. Vegetation has been understood as an important element by the perception of the community and city planners since century XIX. The objective of the paper is to understand how vegetation gets in urban centers and how it perpetuates as a special element associated to public squares. The emphasis given to plazas is justified by important presence of this kind of public squares on urban centers. It is important in this paper to discuss vegetation diversity, its use for the poorest part of population and the negligence of government related to this places. Then, the paper presented intends to give importance to aspects of vegetation and public squares in Presidente Prudente – SP, Ribeirão Preto – SP and Uberlândia – MG, all considered average cities.

KEY-WORDS: Urban vegetation, life condition, urbanization, recreation, average cities.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista e Mestrando do curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. End. Rua João José da Silva, 100, Santa Mônica - CEP 38408-116 – Uberlândia-MG. E-mail: marco_silvestre@hotmail.com

² Profa. Dra. dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: brsoares@ufu.br

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ORIGENS DA VEGETAÇÃO NAS CIDADES BRASILEIRAS

O crescimento desordenado das cidades brasileiras e as consequências geradas pela falta de planejamento urbano despertaram a atenção de planejadores e da população no sentido de se perceber a vegetação como componente necessário ao espaço urbano. Dessa forma, mais expressivamente, a arborização passou a ser vista nas cidades como importante elemento natural atuando como reestruturador do espaço urbano, pois as áreas bastante arborizadas apresentam uma aproximação maior das condições ambientais normais em relação ao meio urbano que apresenta, entre outros, temperaturas mais elevadas, particularmente, nas áreas de elevados índices de construção e desprovidas de cobertura vegetal (CARVALHO, 1982, p. 63).

Cabe salientar que, até o século XIX, a vegetação nas cidades brasileiras não era considerada tão relevante visto que a cidade aparecia como uma expressão oposta ao rural. Havia, portanto, uma valorização do espaço urbano construído, afastado completamente da imagem rural que compreendia os elementos da natureza. Nesse contexto, é importante ressaltar que os espaços urbanos não eram tão ocupados nem apresentavam a maioria dos problemas que se fazem presente no seu interior. Desta forma, as áreas destinadas ao verde como as praças surgem ainda no século XVIII e alcançam números mais expressivos no decorrer do século XIX. No Brasil, por volta de 1850, existiam cidades que se destacavam pela quantidade expressiva do verde no seu interior, como é o caso de Teresina-PI com densa arborização e, Aracaju-SE (primeira cidade planejada do país), coberta por uma vegetação com predominância de coqueiros. Todavia, essa vegetação ainda era nativa e não havia sido planejada.

Embora os primeiros jardins públicos voltados para o lazer e integrados como elemento da paisagem urbana brasileira surjam ainda em fins do século XVIII, com a chegada da família real ao Brasil, vicejaram em números muito mais expressivos os jardins privados, especialmente nos grandes centros do país como o Rio de Janeiro. Nesse contexto, aliou-se espécies nativas e exóticas na jardinagem de ruas e casas; servindo tanto para enriquecer a paisagem urbana quanto para o conhecimento e valorização da flora brasileira.

No início do século XX surgiram em números muito mais significativos os jardins, praças e parques arborizados, principalmente nas cidades enriquecidas com o café, especialmente no estado de São Paulo.

Assim como nas antigas cidades européias, os primeiros jardins públicos brasileiros instalaram-se nas bordas das cidades e em terras em condições topográficas que desfavoreciam o arruamento ou as construções. Da mesma forma, surgem as áreas verdes urbanas no Brasil, ainda pouco planejadas. Exemplos desses tipos de jardins apareceram em cidades como Rio de Janeiro, Belém, Olinda, Ouro Preto e São Paulo.

De acordo com Marx (1980, p. 62), no século XIX e no início do século XX, com o país independente e enriquecido com a cultura cafeeira, apareceram jardins, parques e praças ajardinadas em maior número e muito bem conservados. Essa nova concepção de paisagem urbana representou o trato ou o desejo de algo até então desconhecido nas cidades brasileiras: a prática do paisagismo e, conseqüentemente, a introdução da arborização nos espaços públicos.

Bem depois da criação dos primeiros jardins públicos, e coincidindo com a sua difusão pelas povoações de porte menor e interioranas, começaram os cuidados em arborizar e em ajardinar os logradouros existentes ou os que iam surgindo. As ruas mais importantes e, especialmente, as praças foram enfeitadas com árvores e canteiros de plantas ornamentais. E o sucesso dessa

transformação foi tal, que logo se perdeu a noção das peculiaridades diferentes de uma praça e de um jardim (MARX, 1980, p. 67).

Observa-se, portanto, que a inserção do verde nas cidades brasileiras é concomitante à evolução das funções das praças. Estas, que eram constituídas de imensos espaços totalmente abertos sem a presença de vegetação, servindo exclusivamente como local de reunião de pessoas, passa agora a ser incrementada na cidade como um jardim. Mais agradáveis, estética e funcionalmente, as praças-jardins constituem um marco fundamental da incrementação e valorização da jardinagem na cidade, principalmente em locais públicos.

NECESSIDADE E FUNÇÃO DO VERDE NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

A vegetação conquistou aos poucos o espaço urbano brasileiro, tanto em decorrência da monotonia das cidades quanto em consequência das necessidades ambientais que se faziam presentes devido à expansão urbana e problemas dela decorrentes.

Marx (1980, p. 67) resume bem a relação existente entre a arborização e a cidade brasileira ao longo da evolução da nossa sociedade quando afirma que:

A arborização e o ajardinamento dos espaços públicos principia na segunda metade do século passado, época em que se difunde como nova exigência pelo mundo. Há poucas gerações, portanto, que as plantas passaram a ornar e a amenizar nossas ruas e praças. Além dos jardins comuns, raros e criados apenas nas cidades principais, a imagem urbana desconhecia árvores e canteiros nas vias e nos largos. De tratamento muito pobre, estes conheciam a sombra dos beirais e de uma ou outra árvore plantada por trás dos muros de algum terreno particular. O que pode parecer hoje uma atmosfera árida e causticante ao sol do meio dia era então a expansão clara da vida não rural e muito menos sertaneja. As matas, os matos, os campos e as roças ficavam fora do perímetro urbano que guardava o chão limpo batido de terra. As plantas, as suas flores e frutos, fartos por toda a redondeza só entravam na cidade para satisfazer a necessidade ou o gosto do dono de alguma propriedade.

No entanto, esta situação apresentada modifica e ganha outra dimensão, pois Rodrigues; Llardent (1982) apud Scifoni (1994, p. 40) resumem a importância da vegetação nas cidades contemporâneas, principalmente nos grandes centros, em função da composição atmosférica, equilíbrio solo-clima e poluição sonora. Dessa forma, a vegetação age purificando o ar por fixação de poeiras e materiais residuais e pela reciclagem de gases através da fotossíntese; regula a umidade e, temperatura do ar; mantém a permeabilidade, fertilidade e umidade do solo e protege-o contra a erosão, e; reduz os níveis de ruído servindo como amortecedor do barulho das cidades. Ao mesmo tempo, do ponto de vista psicológico e social, influenciam sobre o estado de ânimo dos indivíduos massificados com o transtorno das grandes cidades, além de propiciarem ambiente agradável para a prática de esportes, exercícios físicos e recreação em geral.

O quadro (01) a seguir mostra detalhadamente as contribuições da vegetação para a melhoria do ambiente urbano.

Quadro 01 – Funções da Vegetação no Espaço Urbano

Composição Atmosférica
<ul style="list-style-type: none">- Ação purificadora por fixação de poeiras e materiais residuais;- Ação purificadora por depuração bacteriana e de outros microorganismos;- Ação purificadora por reciclagem de gases através de mecanismos fotossintéticos;- Ação purificadora por fixação de gases tóxicos.
Equilíbrio solo-clima-vegetação
<ul style="list-style-type: none">- Luminosidade e temperatura: a vegetação ao filtrar a radiação solar, suaviza as temperaturas extremas;- Umidade e temperatura: a vegetação contribui para conservar a umidade do solo, atenuando sua temperatura;- Redução na velocidade do vento;- Mantém as propriedades do solo: permeabilidade e fertilidade;- Abrigo à fauna existente;- Influencia no balanço hídrico.
Níveis de Ruído
<ul style="list-style-type: none">- Amortecimento dos ruídos de fundo sonoro contínuo e descontínuo de caráter estridente, ocorrentes nas grandes cidades.
Estético
<ul style="list-style-type: none">- Quebra da monotonia da paisagem das cidades, causada pelos grandes complexos de edificações;- Valorização visual e ornamental do espaço urbano;- Caracterização e sinalização de espaços, constituindo-se em um elemento de interação entre as atividades humanas e o meio ambiente.

Fonte: Lombardo (1990) apud Guzzo (1998, p. 07)

Organização: Marcos Antônio Silvestre Gomes

Para Hauser (1965, p. 195), o papel das áreas verdes nas zonas urbanas, traduz-se em “combater a influência malsã do meio, pois convenientemente distribuídas entre os diversos bairros e bem organizadas, podem preencher eficientemente esse papel”.

Quanto aos efeitos estéticos, o referido autor cita ainda que

a vida em um quadro sem beleza tem uma influência nefasta no equilíbrio psíquico do homem; árvores verdes e gramados têm um efeito repousante para o espírito e desenvolvem no homem o gosto pelo belo. As emoções sentidas ante uma bela paisagem, de linhas bonitas, áreas verdes e água, estão entre as experiências mais fortes e mais enriquecedoras da personalidade (HAUSER, 1965, p. 195).

É possível observar na bibliografia consultada que a maioria dos autores aponta para um descaso e uma falta de interesse dos órgãos públicos e da própria população no sentido de se conhecer a importância da vegetação no espaço urbano. Assim sendo, torna-se imprescindível que a população conheça e valorize os aspectos climáticos e biológicos que a vegetação desempenha e não somente perceba a árvore como elemento decorativo na cidade.

Eckbo (1977, p. 56) destaca o alto grau de importância das árvores no meio urbano e o tratamento que as mesmas frequentemente vem recebendo quando afirma que

...nas cidades, especialmente no centro, a vegetação constitui apenas um elemento decorativo. Se as plantas fossem de plástico, não faria diferença nenhuma, já que não têm nenhuma função específica(...)A árvore representa

um indicador da saúde urbana, porque é mais sensível e vulnerável que as pessoas. Quando as árvores não estiverem se dando bem numa cidade, com certeza as pessoas não estarão melhores. Uma forma humana e sensata de planejamento urbano deveria considerar as árvores como parâmetro da vida das pessoas na cidade. Varrer as folhas não constitui um problema sério de limpeza pública, como tantas vezes se tem alegado.

Vista por outra dimensão a arborização não é considerada tão relevante no espaço urbano, pois na concepção de Jacobs (2000, p. 99), “os parques não são os pulmões da cidade (...) São necessários cerca de 12 mil m² de árvores para absorver a quantidade de dióxido de carbono que quatro pessoas geram ao respirar, cozinhar e aquecer a casa. São as correntes de ar que circulam à nossa volta, e não os parques, que evitam que as cidades sufoquem”. Ainda que seja assim, vale ressaltar que a vegetação possui outros atributos indispensáveis à vida humana conforme apresentados no quadro 01.

Note-se que a opinião de Jane Jacobs vai contra idéias e estudos de vários outros cientistas que visualizaram e comprovaram a eficiência da arborização no espaço urbano.

Sobre o crescimento das árvores em meio urbanizado, é importante atentar que para uma planta se desenvolver com perfeito funcionamento dos seus processos fisiológicos é preciso que ela encontre um ambiente favorável ao seu crescimento. Deste modo, Munoz (1985, pg 11) afirma que “...factores como el clima, la luz, la humedad ambiental, la lluvia, la estructura y la textura del suelo, el pH, la fertilidad, la actividad de los microorganismos y la acción de otros seres vegetales y animales interactúan e inciden directamente en el desarrollo de las plantas”. Logo, a vegetação localizada em áreas densamente verticalizadas tende a sofrer redução de insolação direta, alterar valores microclimáticos e a umidade e circulação de ar, o que causa danos à comunidade vegetal de parques, praças ou bosques, visto que estes parâmetros têm influência direta no desenvolvimento de espécies vegetais e na vida animal associada (SCIFONI, 1994, p. 49).

A necessidade de uma distribuição mais igualitária de áreas verdes na cidade é destacada por vários autores, pois a localização destas, na maioria das vezes, está associada à especulação imobiliária. Assim, os espaços destinados ao lazer, quer sejam parques e praças públicas, quando bem equipados, tornam as áreas em seu entorno mais valorizadas e, conseqüentemente, procuradas pela garantia de uma vida mais saudável devido aos diversos benefícios que esses espaços lhes oferecem.

Ao analisar a grande São Paulo, Lombardo (1985) observou que o acesso às áreas verdes da cidade aparece de forma diferenciada, favorecendo a uma minoria privilegiada socialmente, enquanto que as outras camadas sociais, principalmente as mais carentes, têm difícil acesso aos parques e jardins públicos. Assim sendo, nos bairros de alto padrão social o verde nos espaços públicos desempenha função mais ornamental e de valorização do solo, ao passo que nos bairros de periferia deveria ser voltado, entre outros, ao oferecimento do lazer.

É provável que esta seja a realidade de grande parte das cidades brasileiras. Na cidade de Presidente Prudente-SP, a situação não é muito diferente. Conforme se verificou numa amostragem realizada por Gomes (2001), a qualidade ambiental das praças públicas na cidade obedece a padrões socioeconômicos diferenciados, uma vez que as mais equipadas e arborizadas praças localizam-se em bairros ocupados pela população de alto poder aquisitivo, enquanto que nos bairros populares e de periferia é notória a ausência de praças e, conseqüentemente de arborização.

Scifoni (1994, p. 38) considera o uso efetivo das áreas verdes como local de lazer, recreação ou simples contemplação da natureza mais importante que apenas o acesso visual. Para que isso ocorra, faz-se necessário que essas áreas estejam bem distribuídas na malha urbana, abrangendo desde o centro até as periferias mais distantes das cidades. No entanto, Tarnowski e Moura (1991, p. 531) destacam a importância da luta pelo aumento dos índices

de áreas verdes mesmo que não sejam distribuídas igualmente, nem acessível a todos os cidadãos, embora considerem os parques, bosques e praças como um sistema reestruturador da cidade e, portanto, indispensável para a melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com Rodríguez (1985, p. 42), a cidade constitui um bosque em crescimento, mas também

...este bosque es una 'floresta urbana', constituída por árboles de sombra, árboles decorativos, árboles frutales, árboles de parques y jardines, árboles de las zonas verdes de calles y carreteras. El cuidado y manejo de este bosque es una inversión en el futuro de nuestros árboles. La floresta urbana es un ecosistema que, aunque artificial, es susceptible de manejo igual que cualquier bosque comercial manejado para producir madero pero difiere en dos aspectos importantes: los árboles en la floresta urbana están mucho más dispersos y en ella el bosque se maneja, primordialmente, por la contribución de los árboles para una vida urbana más placentera y saludable.”

A reivindicação da sociedade por áreas destinadas ao lazer está associada à presença do verde nos espaços destinados a tal. Nesse sentido, as praças surgem como locais preferidos para a prática do lazer, pois, além de estarem mais próximas das pessoas pela estratégia de sua localização, propiciam também uma convivência harmoniosa entre os indivíduos que as frequentam.

A presença do verde nas praças públicas torna-se essencial, visto que este elemento constitui-se de extrema importância na composição destes locais, seja pelo contato visual que propicia à população ou pelas funções biológico-climáticas que desempenham. Mas, de acordo com Scifoni (1994, p. 44), em relação à finalidade de lazer e recreação que essas áreas desempenham, “não é só a ausência de vegetação que compromete a função, mas, principalmente a inexistência de equipamentos e condições voltadas a este uso”.

Conforme salienta Hoehne (1944, p. 46),

As praças ajardinadas nunca devem faltar numa cidade moderna. A sua proporção deve estar em relação com a superfície construída. Para cada duas mil casas deveria existir sempre um parque ou jardim de pelo menos cem metros quadrados; mas é claro que outros, muito maiores, deverão ser construídos nos pontos em que isto for possível. Reservando-se o espaço para estas áreas ajardinadas ao se traçar o plano de uma cidade, o programa não onerará muito a Prefeitura, mas posto em prática, sem esta preliminar, tornar-se-á dispendioso e irrealizável algumas vezes.

Brandão e Lucena (1999, p. 67) mostraram que, em relação ao conforto térmico verificado em algumas praças do Rio de Janeiro/RJ como a “Mauá, Cruz Vermelha e Tiradentes”, a insuficiência arbórea em espaços abertos dessa natureza favorece situações de extremo desconforto humano. Esse é, portanto, um fator fundamental que justifica a presença de árvore nas praças, pois a situação de desconforto térmico é incompatível com a função que a praça deve desempenhar que é exatamente a de propiciar lazer ao ar livre. Essa função jamais vai se cumprir nas cidades brasileiras, enquanto integrantes de regiões tropicais, se a praça não for enxergada como área verde, capaz de cumprir múltiplas funções no espaço urbano.

Dados sobre espaços verdes, do Departamento de Água e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE), mostram que, de um total de 976 praças, do Estado de São Paulo, que ocupam 5,8 milhões de m², 11% não são arborizadas, 31,5% não apresentam plantas rasteiras e somente 13% dispõem de parque infantil ou tanque de areia. Ainda, 68% dessas praças não são dotadas de sanitários públicos (NUCCI, 2001, p. 80).

Os dados acima mostram que atualmente ainda se concebe planejar ou manter um espaço público como a praça sem arborização e/ou equipamentos de lazer como parque infantil. Desse número significativo de 976 praças pesquisadas, cerca de 100 não são arborizadas e 300 não apresentam plantas rasteiras que são importantes para a cobertura do solo por facilitar a permeabilidade. Isso apenas evidencia o descaso do poder público em sanar problemas que futuramente podem trazer conseqüências ainda mais graves que as encontradas, como é o caso do escoamento da água das chuvas para as galerias pluviais que é intensificado devido às poucas áreas de solo permeáveis na cidade.

Nesse contexto, é importante refletir sobre a problemática dos espaços públicos vegetados em cidades médias visto que essas ainda apresentam, na maioria das vezes, condições de sanar seus problemas ambientais numa perspectiva mais animadora do que nos grandes centros, onde as condições do meio físico já alcançam patamares complexos de degradação.

BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A VEGETAÇÃO DE PRAÇAS E PARQUES DAS CIDADES DE PRESIDENTE PRUDENTE, RIBEIRÃO PRETO E UBERLÂNDIA

Apresentando as mesmas condições de acelerado crescimento urbano, como verificado nos grandes centros urbanos brasileiros, algumas cidades médias já demonstram significativas contradições em relação à disposição da vegetação no espaço urbano; este é o caso das cidades de Presidente Prudente e Ribeirão Preto no Estado de São Paulo e, Uberlândia em Minas Gerais; sobre as quais serão tecidas algumas considerações no tocante às praças públicas, parques e vegetação.

A cidade de Presidente Prudente, com cerca de 200 mil habitantes no ano 2000, está localizada no oeste do Estado de São Paulo, distante aproximadamente 560km da capital paulista. Considerando-se as 56 praças públicas que a cidade dispõe, é possível afirmar que este é um número expressivo, porém, não satisfatório, tendo em vista o papel que estes espaços públicos podem desempenhar como local de lazer numa cidade desse porte. Assim, a distribuição irregular das praças na cidade constitui um sério agravante, pois enquanto alguns bairros dispõem de mais de uma praça (em geral os ocupados pelas camadas de mais alto poder aquisitivo), outros são completamente desprovidos desses espaços públicos (como ocorre nos bairros de mais baixa renda) (GOMES e AMORIM, 2002, p. 26).

Em relação à qualidade da vegetação presente nas praças, Gomes e Amorim (2002, p. 34) afirmam que,

do total de praças de Presidente Prudente, 32% apresenta vegetação em ótimas condições, pois há harmonia entre os diversos tipos e porte, bem como quantidade suficiente de árvores.

A classificação boa, dada a 39% das praças, indica que a vegetação apresenta condições satisfatórias; porém, precisando ser melhorada.

As praças onde se observou pouca vegetação, ou esta apresentando sinais de maus tratos assim como falta de espaço para as árvores, foram classificadas como regular, representando 18% do total.

Com carência total de vegetação se encontravam 7% das praças classificadas como ruim e, 4% em péssimas condições. Estas praças apresentavam, respectivamente, carência de embelezamento e sinais de pragas assim como ausência de vegetação arbórea ou árvores em péssimo estado.

Dessa forma, é possível verificar que, apesar da cidade dispor de áreas suficientes para a implantação de um sistema de lazer eficiente como praças e parques, a prática da arborização em Presidente Prudente está associada a padrões socioeconômicos diferenciados; onde se privilegia as mais altas camadas sociais e, ignora-se as classes menos favorecidas.

Em Ribeirão Preto-SP, a situação não é muito diferente. A cidade, que apresentou população de 500 mil habitantes em 2000, figura entre as mais importantes do Estado de São Paulo, constituindo-se num dos maiores centros financeiros do país devido à prosperidade econômica advinda, em grande parte, da sua dinâmica produtiva. Nessas condições, no que tange aos espaços livres urbanos de Ribeirão Preto, verifica-se que, além de mal distribuídos, apresentam também diferenciações quanto à infra-estrutura e à vegetação presente em bairros centrais e periféricos.

De qualquer forma, a cidade de Ribeirão Preto conta (em 1998) com um total de 195 espaços livres de uso público, sendo 182 praças, 11 parques e 02 cemitérios; ocupando uma área de mais de 2,5 milhões de metros quadrados. Esses espaços públicos denominados por lei representam 2,3% da área urbanizada do município. Assim, do total desses espaços, encontram-se efetivamente implantados: 126 praças, 02 parques e 02 cemitérios, somando 130 espaços livres (GUZZO, 1999, p. 50-51).

Os dados acima revelam que 65 grandes áreas que poderiam estar desempenhando funções vitais na cidade encontram-se vazias, uma vez que não foram arborizadas, nem receberam equipamentos de infra-estrutura de nenhuma natureza.

Guzzo (1999, p. 107) obteve o índice de cobertura vegetal de dois setores urbanos de Ribeirão Preto, sendo que o Setor Central (área central) apresentou 7,5% de sua área com cobertura arbórea e o Subsetor N-5, que constitui dois bairros de classe média-baixa ao norte da cidade (Jardim Independência e Vila Morandini), 6,7%. Isso corresponde a 10m² de verde por habitante para o Setor Central e, 12,9m² para o Subsetor N-5.

Apesar dos índices desses setores serem próximos, é importante argumentar que esta não é a realidade de grande parte dos bairros mais periféricos da cidade em que as áreas destinadas às praças e parques encontram-se vazias e sem nenhum tipo de utilidade. A urgente efetivação dessas áreas por parte do poder público, através da implantação de arborização e equipamentos de lazer, contribuirá, significativamente, para a melhoria da qualidade ambiental na cidade e para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

No caso da cidade de Uberlândia-MG, que assim como Ribeirão Preto-SP apresentou população também de 500 mil habitantes no ano 2000, a distribuição dos parques públicos ocorre de maneira bastante significativa uma vez que muitos desses foram instalados em áreas periféricas da cidade, como é o caso dos parques municipais Luizote de Freitas, Mansour e Santa Luzia. Essa cidade, localizada no Triângulo Mineiro, além de figurar entre as mais importantes do Estado, constituiu-se no mais importante centro de uma das regiões econômicas mais prósperas de Minas Gerais.

No que se refere ao total de áreas verdes urbanas de Uberlândia, pode-se considerar que existem na cidade 05 parques, 116 praças, 02 estádios e 19 clubes (SILVA E COLESANTE, 2000, p. 15). A atual situação que se encontram essas áreas é algo que carece de investigação mais precisa, principalmente no que diz respeito à distribuição espacial das mesmas ao longo da malha urbana, bem como as condições da vegetação e equipamentos de infra-estrutura urbana; pois constata-se que muitas destas áreas estão degradadas, com exceção dos parques inaugurados recentemente e das praças centrais e de bairros nobres.

Por serem considerados espaços públicos de relevância para as finalidades deste trabalho, as praças e os parques públicos devem merecer atenção especial no tocante às análises aqui estabelecidas, pois além das funções de lazer que desempenham, contribuem de maneira significativa como um espaço privilegiado de inserção da vegetação no meio urbano.

Dessa maneira, os parques públicos municipais de Uberlândia apresentam a característica peculiar de se concentrarem na periferia da cidade, o que não ocorre, por exemplo, em Ribeirão Preto e Presidente Prudente. Esse fato é relevante por possibilitar o acesso das camadas sociais menos favorecidas, tendo em vista que os bairros onde habitam dispõem de pouca ou nenhuma opção de lazer.

Os parques públicos municipais Luizote de Freitas, Mansour e Santa Luzia que ocupam área de 53.120,79m², 52.580,40m² e cerca de 280.000m², respectivamente, constituem-se, na concepção de Silva e Colesante (2000, p. 26 e 27),

em parques de preservação e recreação. Representam áreas de qualidade paisagística por serem elementos de valor estético e cultural, incorporados ao patrimônio da cidade, e de qualidade ambiental, por serem um fator determinante de conforto térmico ao atuarem como ilhas de frescor nas imediações dos bairros em que se localizam, por apresentarem potencial para alternativas mais democráticas de lazer, bem como de garantir a continuidade do mesmo na paisagem e a conservação da sua biodiversidade local.

Cabe ressaltar também a importância que esses parques assumem pelo fato de abrigarem, além de várias nascentes de córregos, representantes importantes da fauna e flora do bioma brasileiro Cerrado, servindo, de maneira satisfatória, para o enriquecimento da educação ambiental em Uberlândia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que devido a precariedade dos sistemas de lazer na maior parte das cidades brasileiras e a crescente dificuldade de acesso por parte de grande parcela da população, torna-se fundamental a conservação do verde nos diversos espaços públicos urbanos, pois somente desta forma pode-se conseguir garantir o mínimo de qualidade de vida à população. Cabe salientar que a ênfase dada às praças públicas se explica pelo fato destas estarem mais próximas do cotidiano da população em geral.

Sem dúvida, medidas como a arborização de vias públicas, praças, vazios urbanos destinados à área verde, encostas e fundos de vale, principalmente com espécies nativas, podem contribuir significativamente na amenização do clima urbano e, sobretudo, para a melhoria da qualidade de vida humana.

De acordo com Soares (1998, p. 34), “nos parques, praças ou jardins onde estejam programadas árvores de diversos tamanhos, recomenda-se plantá-las a uma determinada distância dos passeios, de forma que as futuras copas ou raízes facilitem o trânsito de pedestres sem prejuízo dos benefícios esperados”. Assim, não só os elementos naturais que estarão dispostos como a vegetação e o solo, mas também os de infra-estrutura como bancos e equipamentos esportivos, terão de satisfazer uma tríplice condição nos locais de lazer que estejam inseridos; ou seja, devem estar localizados em lugar conveniente, agradar pela beleza e utilidade.

Para a melhoria da qualidade ambiental urbana e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população das três cidades consideradas, quais sejam Presidente Prudente-SP, Ribeirão Preto-SP e Uberlândia-MG, faz-se necessário uma ação mais efetiva por parte do poder público no que se refere à arborização dos diversos espaços públicos dessas cidades que se encontram, em grande parte, na condição de vazios urbanos. À população, cabe pressionar a máquina administrativa para que estas ações se concretizem e não constem apenas nas leis.

Desta forma, por constituírem cidades médias importantes no contexto regional e nacional e apresentarem acelerado crescimento, essas cidades não podem continuar se expandindo para alcançar a condição de grandes centros urbanos apresentando problemas dessa natureza.

A preocupação com a preservação do verde nos espaços públicos deve ser uma constante para todos os cidadãos, poder público e profissionais da área no sentido de se entender que a cidade, quando cultivada e mantida a educação ambiental, constitui um ambiente mais saudável para a vida humana e, portanto mais propício ao crescimento das espécies vegetais. Assim sendo, todos os cidadãos desempenham papel importante na sua manutenção. Essa cumplicidade entre todas as esferas presentes no espaço urbano é a condição básica para o alcance de uma melhor qualidade ambiental urbana e um padrão mínimo de qualidade de vida humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, A. M. P.M. e LUCENA, A. J. A ilha térmica e sua influência no conforto humano na área central da cidade do Rio de Janeiro. In: **VIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 66-67.

CARVALHO, M. E. C. **As áreas verdes de Piracicaba**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1982.

COLESANTI, M. T. M. **Por uma educação ambiental: o parque do sabiá, em Uberlândia, MG**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: IGCE/UNESP. 1994, 160p.

ECKBO, G. O paisagismo nas grandes metrópoles. In: **Geografia e Planejamento**. São Paulo: Ed. Cairu, 1977.

FERRARA, L. As máscaras da cidade. In: **Olhar Periférico**. São Paulo: Edusp/Fapesp. 1993. p. 201-225.

GOMES, M. A. S. **As praças e a qualidade de vida na cidade de Presidente Prudente/SP**. Relatório de Pesquisa (Bolsa PAE) - FCT, UNESP, Presidente Prudente. 2001.

GOMES, M. A. S. e AMORIM, M. C. C. T. A. As praças públicas de Presidente Prudente/SP: dinâmica sócio-espacial e caracterização da vegetação. In: **Geografia em Atos**, v. 1, n 4. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. p. 21-37.

GUZZO, P. **Estudo dos espaços livres de uso público da cidade de Ribeirão Preto/SP, com detalhamento da cobertura vegetal e áreas verdes de dois setores urbanos**. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente), UNESP – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1999, 125p.

HAUSER, P. M. **Manual de pesquisa social nas zonas urbanas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Unesco, 1978.

HOEHNE, F. C. **Arborização Urbana**. São Paulo: Editora Instituto de Botânica de São Paulo, 1944.

- JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, 510p.
- LOMBARDO, M. A. **Ilha de Calor nas Metrôpoles: o exemplo de São Paulo**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1985.
- MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- MUNOZ, J. A. Los efectos del urbanismo sobre el desarrollo de los árboles. In: **Revista Biocenosis**, nº 02(02): p. 11-14, San José, 1985.
- NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001.
- RODRÍGUEZ, Z. S. La floresta urbana. In: **Revista Biocenosis**, nº 02(02): p. 41-42, San José, 1985.
- SCIFONI, S. **O verde do ABC: reflexões sobre a questão ambiental urbana**. São Paulo: USP, 1994. (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, F. B. e COLESANTE, M. T. M. As áreas verdes públicas urbanizadas em Uberlândia -MG: uma questão de qualidade de vida. **Relatório de Pesquisa FAPEMIG – IG-UFU**, Uberlândia, 2000, 28p.
- SOARES, M. P. **Verdes Urbanos e Rurais: Orientação para arborização de cidades e sítios campestres**. Porto Alegre: Cinco Continentes Ltda, 1998, 242p.
- TARNOWSKI, L. C. & MOURA, R. Preservação do meio ambiente e a arborização urbana. In: **Encontro nacional de estudos sobre o meio ambiente**, 3, Londrina, 1991. Anais...p530-541.